JORNAL meionorte

TEMPERATURA: Máxima: 39° Mínima: 24° | ANO XXII - Nº 8931 - TERESINA (PI), QUINTA-FEIRA, 5 DE JANEIRO DE 2017 | VALORES: CAPITAL E INTERIOR: R$ 2,00 OUTROS ESTADOS: R$ 2,50

LICITAÇÕES

TCE retoma as atividades e promete coibir fraudes

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) retoma hoje, dia 05, as atividades normais, depois do recesso natalino e de final de ano iniciado em 20 de dezembro de 2016 e finalizado ontem. Com a volta, os magistrados também demonstram estar atentos quanto as mudanças nas gestões municipais, após acompanhar de perto a transição nos entes; além disso, a perspectiva é que o órgão fiscalizador reforce a fiscalização no que tange às licitações, coibindo assim qualquer fraude.

O indicativo foi explicitado pelo presidente do TCE-PI, Olavo Rebelo; o conselheiro inicia o ano com a missão de manter o bom trabalho realizado por Luciano Nunes. Rebelo indicou que vai apurar todas as denúncias envolvendo supostas irregularidades em licitações, em tal âmbito, o desejo é ampliar os setores de Inteligência e Específico em Licitação do órgão.

"Que todos possamos desenvolver as nossas atividades com empenho e eficiência, para que nossa missão de zelar pelo bem público seja cumprida de forma eficaz e satisfatória", afirmou Olavo Rebelo, em mensagem de Ano Novo aos entes do Tribunal de Contas.

O Conselheiro terá a incumbência de liderar o TCE por dois anos. No último biênio, a atuação do órgão ganhou notoriedade com a condenação de gestores em R$ 54,842 milhões só em 2016, somando as multas aplicadas e débitos imputados a dirigentes de órgãos públicos, prefeitos e outros gestores por mau uso do dinheiro público. Além disso, o TCE-PI julgou 2.267 processos e aplicou 8.318 multas no biênio 2015/2016 a prefeitos, secretários e outros gestores de órgão estaduais e municipais por irregularidades na aplicação de recursos públicos. (F.T.)

EFREM RIBEIRO

OLAVO REBELO fala sobre diretrizes de atuação do TCE-PI

QUARTA | 4 de janeiro de 2017 | Teresina - Piauí | Ano 29 - Nº 10.989 | R$ 2,00 - Outros estados R$ 3,50

DIARIO
DO POVO DO PIAUÍ

Prefeitos herdam dívidas e encontram contas vazias

Fotos: Thiago Amaral

Prefeita de Guadalupe, Neidinha: o dinheiro da repatriação já tinha sido todo usado

Os prefeitos que receberam as prefeituras de adversários estão pedindo auditoria nas contas alegando um caos financeiro. Segundo a maioria deles, não tinha saldo em caixa, até o dinheiro da repatriação que foi depositado no último dia do ano e só estava disponível a partir do dia 2 já foi todo consumido. Os prefeitos reclamam que só herdaram dívidas e querem responsabilizar judicialmente os ex-gestores.

Por exemplo, a prefeitura de Guadalupe, a prefeita Maria Jozeneide Fernandes, a Neidinha (PSD), informou que recebeu o caixa com R$ 108,00 e um monte de contas em atraso, inclusive pagamento de servidores e fornecedores. "Aqui pagaram as pessoas pela cara. De acordo com a conveniência", comentou.

Os débitos ainda estão sendo levantados, mas já foram contabilizadas contas de R$ 400 mil com o INSS e parte dos funcionários públicos não recebeu ainda os pagamentos referentes ao mês de dezembro e ao 13º salário.

"Nossas providências foram chamar um advogado e um contador para fazer uma auditoria nas contas. O dinheiro que tinha entrado da repatriação, cerca de R$ 401 mil liquido, já estava todo comprometido com lançamentos para pagamento. Quando fomos ao banco, não tinha mais dinheiro", completou a prefeita.

Os prefeitos têm procurado a direção da Associação Piauiense dos Municípios (APPM) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) para adotarem as providências que os eximam de responsabilidade sobre a situação caótica na administração e nas finanças dos municípios.

Jesualdo deixou R$ 3,5 milhões no caixa da Prefeitura de Corrente

O prefeito de Corrente, Jesualdo Cavalcanti Barros, encerrou seu mandato sem qualquer dívida com fornecedores ou dívidas trabalhistas, ao contrário da grande maioria dos municípios brasileiros. Como se não bastasse, o gestor entregou a prefeitura com mais de R$ 3,5 milhões nas contas bancárias municipais, dando fôlego ao novo gestor para que a máquina pública não pare um dia sequer, garantindo a continuidade de todos os serviços.

Nas contas do Banco do Brasil, são R$ 1.614.216,84, sendo destes R$ 639 mil do repasse do FPM, valores do COSIP e impostos, além de convênios para calçamentos, mais de R$ 200 mil reais, e um convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (SDR), no valor de R$ 319 mil reais, para a construção de barragens. Na Caixa Econômica Federal, são mais R$ 1.894.143,57. O total, somando as duas contas, é de R$ 3.508.360,41.

Questionado sobre a "mágica" na gestão, que foi na contramão da realidade política e econômica do país, Cavalcanti é enfático: "Não existe mágica; o que eu fiz foi gastar o que podia gastar e não furtei nem deixei furtar!".

Atraso de salários motivou bloqueio nas contas de 20 prefeituras

O atraso no pagamento de salários motivou o bloqueio nas contas de diversas prefeituras. Segundo o presidente do TCE-PI, Olavo Rebelo, a recomendação aos novos gestores municipais é que eles priorizem o pagamento dos salários atrasados dos servidores. O conselheiro destaca que mesmo o atraso sendo do gestor anterior, o prefeito que entrou tem obrigação de manter as contas dos municípios em dia.

"Em razão da gestão ser impessoal, os novos gestores tem obrigação de pagar o que o gestor anterior não pagou. O Tribunal recomendou a prioridade número um para pagamento de servidores nos municípios. Então, a gente orienta para pagar, porque é um recurso carimbado. Recurso para pagamento de servidores se forem carimbados também tem prioridade. Mas 90% dos bloqueios atuais, nesse final de ano, foram por atraso de salários", disse Rebelo ao Diário do Povo.

O presidente do Tribunal afirmou que esse número pode ser ainda maior, mas que confirmadas têm 20 prefeituras. "Muitos mais prefeitos foram denunciados, mas a gente terminou comprovando algo em torno de 20 prefeituras que a gente bloqueiou mesmo. Alguns denunciavam e a gente ia examinar e não procediam. Houve alguns casos assim", afirmou. Ele acrescentou que no caso dos novos prefeitos, as contas, a partir do dia 1º ficam desbloqueadas, porém, a fiscalização junto ao município denunciado permanece e o Tribunal acompanhará a atuação do prefeito em relação ao pagamento dos servidores. (CS)

Página 3. Editoria de Política

TCE-PI bloqueou quase 80 contas de prefeituras por licitações fraudulentas

Os bloqueios foram feitos nos últimos quatro meses. Tribunal promete intensificar fiscalização junto aos novos gestores.

Catarina Santiago
Repórter de Política

O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), conselheiro Olavo Rebelo, avisou que este ano o Tribunal intensificará a fiscalização nas licitações realizadas pelas prefeituras do Piauí e também pelo Governo do Estado. Ele explica que o foco nas licitações é porque nos últimos quatro meses quase 80 prefeituras tiveram suas contas bloqueadas por causa de licitações fraudulentas. Segundo Rebelo, a prática acontece na grande maioria dos municípios piauienses e as denúncias chegam, geralmente, através da ouvidoria do órgão.

"Nesses últimos quatro meses foram quase 80 processos de licitações fraudulentas e mais, nessas licitações, nós sabemos que muitas vezes, por isso que eu queria dar o recado para a população e para os gestores que usem muito mais a Ouvidoria do Tribunal, pode ser até denúncia anônima, porque o Tribunal vai apurar, se a denúncia não tiver fundamento, evidentemente, que ela não vai valer, mas é importante que a denúncia seja feita", disse Olavo Rebelo ao Diário do Povo.

Ele informou ainda que nos casos denunciados se verificou um pacto feito com antecedência entre gestor e empresa contratada para garantir que a licitação não seja vencida por outra empresa fora do esquema. "A gente tem muitas informações de que o mais corriqueiro é a combinação entre gestor e empresa dividindo o quinhão. Mas é muito difícil pra você constatar quando eles fazem isso, eles combinam entre si, 'essa aqui fica pra ti, essa pra mim, bota o preço mais baixo numa e noutra'. O certo que é nós vamos dar uma ênfase bem grande na fiscalização de licitações seja estado ou municípios", ressaltou o conselheiro.

O presidente do TCE não quis citar as prefeituras envolvidas em licitações fraudulentas porque disse não estar de posse de todos os nomes. Mas ele afirmou ao DP que as denúncias chegam de praticamente todos os municípios. Olavo Rebelo acrescentou que para ampliar a fiscalização será aumentado o número de servidores encarregados de fiscalizar. Ele lembrou ainda que em caso de comprovação da fraude, os gestores responsáveis terão suas contas reprovadas, poderão perder o mandato e ainda enquadrado penalmente através da atuação do Ministério Público.

Página 4. Editoria de Política

TCE-PI promete maior fiscalização para coibir fraudes em licitações

Presidente do órgão garantiu aumentar a quantidade de auditorias.
Ele revelou receber número alarmantes de denúncias de superfaturamento.

Do G1 PI

FACEBOOK

O ano começou com muitos prefeitos assumindo cargos acumulando dívidas da gestão passada. Para evitar o problema, o novo presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Piauí, Olavo Rebelo, garantiu maior fiscalização nas licitações feitas pelas prefeituras.

"Temos recebido uma quantidade enorme de denúncias em relação a fraudes em licitações, principalmente através da nossa Ouvidoria. Nós fizemos um desafio aos servidores do TCE para nos ajudar numa operação durante estes dois anos. Porque por onde andamos, temos notícias de que licitações no Piauí e outros estados são de faz de conta. Os concorrentes combinam entre si e têm o resultado positivo para eles", declarou.

De acordo o presidente do TCE-PI, é difícil coibir a fraude de licitação, porque não cabe ao Tribunal fazer gravação, apenas julgar a partir dos documentos. Na tentativa de melhorar a fiscalização, ele prometeu ampliar os setores de Inteligência e Específico de Licitações do órgão.

"Vamos aumentar o número de servidores, condições de trabalho, para que nós possamos entrar nesta área que é muito criticada por todos. As pessoas não entendem como uma lei 8.666, que trata das licitações, possa ser fraudada. As auditorias serão também mais frequentes, para coibir as licitações fraudulentas não somente na época do julgamento das contas dos gestores, mas que ocorra uma fiscalização durante a gestão toda", garantiu.

Olavo Rebelo orientou que as pessoas podem participar da fiscalização do através do Controle Social. Elas têm o canal da Ouvidoria do Tribunal, por exemplo, para fazer denúncias anônimas. "A licitação é um dos maiores vicios que ocorre no país. Se não gasta bem falta recursos na saúde, educação e outros setores. Infelizmente temos números alarmantes, as contas das prefeituras com superfaturamento", comentou.

Link (matéria com vídeo) http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2017/01/tce-pi-promete-maior-fiscalizacao-nas-fraudes-de-licitacoes-das-prefeituras.html

TCE volta as atividades de olho nos decretos de emergência

04/01/17, 18:10

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) retoma nesta quinta-feira (5) as atividades normais, depois do recesso natalino e de final de ano iniciado em 20 de dezembro de 2016 e finalizado nesta quarta-feira, 4 de janeiro. Mas as atenções na Corte de Contas ficam voltadas para dois fatos, a edição dos decretos de emergência feitos por algumas prefeituras e a licitação do sistema de abastecimento de água em Teresina.

O presidente do Tribunal de Contas Olavo Rebelo disse que TCE vai analisar e julgar os decretos de situação de emergência que foram editados pelos atuais gestores, nas prestaçõe de contas. Ccomo o caso do prefeito de São Pedro do Piauí, José Maria Ribeiro de Aquino Júnior, decretou situação de emergência na administração municipal. Ele assumiu o cargo no último domingo (1). O decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios e vale por 90 dias. O prefeito decretou a emergência alegando que a gestão de seu antecessor inviabilizou o inicio da atual administração. O ex-prefeito Raimundo Ferreira rebateu as acusações dizendo que a intenção do atual gestor "é gastar sem fazer licitações", disse.

"O decreto de emergência não livra o prefeito de fazer os seus atos como compras e contratos observando a lei de licitações. Se houver uma provocação (denúncia) que levante suspeita de irregularidades com estes decretos, o TCE vai investigar e apurar". Segundo ele, o Tribunal vai punir se for comprovado que os decretos de situação de emergência, foram executados para a burlar a lei de licitações. Quando o município decreta estado de emergência, os gestores fazem contaratos, compras sem precisar de licitação pelo prazo de 90 dias. E é isso que o tribunal poderá investigar neste inico de ano.

A outra pauta é a decisão final sobre o processo licitátorio que trata da subconcessão do serviço de exploração do abastecimento de água e o de coleta e tratamento dos esgotos de Teresina, também está na ordem dia do TCE..Apesar de ter liberado a homologação do certame, o TCE ainda analisa os critérios técnicos que foram utilizados na licitação e até o recesso o relator da matéria Conselheiro Kenendy Barros não havia recebido o relatório da Divisão de Fiscalização para que pudesse fazer o seu parecer e enaminhá-lo ao plenário da casa.

No final do mês de novembro a empresa Aguas do Brasil fez uma denúncia apontando irregularidades nos critério técnicos de escolha da vencedoras a licitação a Aegea. A licitação é a maior do pais no momento.

Prazos

Com a retomada das atividades do TCE, o protocolo, que atendeu a população das 7h às 14h durante o recesso, volta a funcionar em seu horário normal, das 7h às 18h, de segunda a sexta-feira. O Tribunal comunicou que os prazos processuais, que estavam suspensos durante o recesso, voltam a contar a partir desta quinta-feira, nos termos do art. 258, § 4º Resolução TCE nº 13/2011 (Regimento Interno), com redação dada pela Resolução TCE nº 23/2014.

Link: http://cidadeverde.com/blogdobira/81262/tce-volta-as-atividades-de-olho-nos-decretos-de-emergencia